



# Anais da Assembléia

N 188

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI-TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Joelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zarusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

**13ª LEGISLATURA**

**ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1996**

**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Senhores Deputados Techy Filho e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rossinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achan-do-se ausente o Senhor Deputado Renato Adur (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Proceda à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Proceda a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1688**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 163/96, de autoria do Deputado Sâm-

is da Silva, o qual, em 28/11/96, foi objeto de requerimento para retirada por 10 Sessões, via de consequência, fica aquele requerimento, de autoria deste Parlamentar, prejudicado.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO Nº 1673**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subcreve, no uso de suas atribuições (art. 129, do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 476/96, da pauta de hoje, por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) WALMOR TRENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

O autor deste projeto de lei em questão, necessita realizar estudos sobre a propositura do mesmo, por isso, solicita a sua retirada por 05 Sessões.

**REQUERIMENTO Nº 1682**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1679**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subcrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial com 5 (cinco) membros, pelo prazo de 2 (dois) anos, com a finalidade de acompanhar a elaboração e implantação do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio do Paraná - PROEM, com amplos poderes para requisitar documentos, informações, entrevistar técnicos do Governo do Estado, e o que mais for necessário.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

PÉRICLES MELLO

Apoiamento: Carlos Simões, Toti Colaço, Geraldo Cartário e Eduardo Trevisan.

**JUSTIFICATIVA:**

As modificações pretendidas para o ensino médio de nosso Estado com a iminente implantação do PROEM, exige que esta Casa fique a par de todas as alterações na filosofia e estrutura desse grau de ensino. Para tanto, con-

sideramos que é necessária a criação de uma Comissão Especial, com poderes para acompanhar o desenvolvimento do projeto e a sua implantação.

## REQUERIMENTO Nº 1684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Dirceu Francisco Xavier e família, residentes da Cidade de Paranavaí - PR, onde ele era Gerente Geral do BANESTADO S/A.

Requer ainda, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência à família enlutada, à avenida Minas Gerais, 130, na Cidade de Cornélio Procopio - PR.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

## REQUERIMENTO Nº 1685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata da presente Sessão, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Professor José Gasparine, residente na Cidade de Londrina - PR, deixando viúva a Senhora Maria Helena Zago Gasparine, e seus dois filhos Vinicius e Isabela.

Requer ainda, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Alfredo Battini, 943 - Jardim São Remo - 76.062-270 - Londrina / PR.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

## REQUERIMENTO Nº 1671

SÚMULA: REQUER, o envio de expediente ao Senhor Antonio Clovis Garcia, Gerente do Banco do Brasil da Cidade de Abatiá, extensivo aos de mais funcionários, contendo votos de louvor pelos relevantes serviços prestados e o bom atendimento dispensado à população, principalmente aos pequenos e médios produtores rurais daquele município e região.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes conforme o exposto acima, com cópias à Diretoria Regional em Curitiba, e ao Presidente do Banco Central do Brasil, em Brasília.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) RENEY BORSATTO

## JUSTIFICATIVA:

Os serviços prestados à população do Município de Abatiá e região, pela agência do Banco do Brasil daquela cidade, nas pessoas de seu gerente e demais funcionários, tem merecido os maiores elogios por parte tanto da população, como das lideranças políticas locais, conforme moção aprovada pela Câmara Municipal, conforme cópias em anexo.

A preocupação hoje daquela população e também das lideranças políticas locais, é o boato que corre em toda a região, de que várias agências serão desativadas, e eles não querem perder um órgão ligado ao Governo Federal, que tantos benefícios tem prestado, principalmente aos produtores rurais, que tem sido o sustentáculo na Nação.

## REQUERIMENTO Nº 1672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Casa de Saúde de Araruna, pela inauguração das novas e modernas instalações e pelos relevantes serviços prestados àquela comunidade.

A Casa de Saúde de Araruna, hospital que teve início de suas atividades com o médico Dr. Theodoro Busso Beck, no ano de 1959, inaugurou suas novas e modernas instalações no dia 30/11/96. Na direção do Dr. Theodoro Busso Beck (Diretor-Geral), formado pela Universidade Federal do Paraná, atua como Clínico Geral e Cirurgião Geral; Dr. Romildo Joaquim Souza (Diretor Clínico), formado pela Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, atua como Clínico Geral e Obstetra; Dr. Roberto Teodoro Beck (Angiologista) e; Dr. Ricardo Teodoro Beck (Ginecologista-Obstetra).

O hospital conta também, em seu corpo clínico, com o Dr. Antonio Carlos da Silva (Clínico Geral), e Dra. Vivian Farrell Borsato (Pediatra).

A Casa de Saúde Araruna, oferece os serviços de Clínica Geral, Cirurgia Geral e Obstetrícia, com acompanhamento de ultra-som.

Através desta singela homenagem à Casa de Saúde de Araruna, estamos nos congratulando com todo o corpo clínico e aos funcionários que nela prestam serviços, bem como a toda a comunidade ararunense.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO Nº 1675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça inserir na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações para com o Município de Santa Inês, que comemora nesta data o 35º aniversário de sua instalação oficial.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa sejam cientificados o Senhor Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores do município homenageado.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Apesar de emancipado em 25 de janeiro de 1961 pela Lei Estadual sob nº 4.338, a instalação oficial do Município de Santa Inês só ocorreu em 03 de dezembro de 1961.

Nesta data, Santa Inês está comemorando 35 anos da instalação oficial do município.

Pelo importante acontecimento para a vida da cidade, registramos este fato, endereçando à população de Santa Inês, as mais sinceras homenagens desta Casa Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 1668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Secretário de Segurança Pública, bem como ao Corregedor da Polícia Civil, no sentido de determinar a publicação no jornal de circulação do município, e que se afixe na porta da Delegacia a designação do Delegado de Polícia de plantão nos feriados e finais de semana, com a declinação do endereço completo e telefone (inclusive celular), onde possam ser encontrados.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Como temos recebido inúmeras solicitações dos munícipes de que nos feriados e finais de semana não têm tido acesso ao nome do Delegado de Polícia de plantão nas Comarcas, e como de um modo geral, estes procedimentos ficam a cargo dos escrivães, e em regra, isto tem criado sérias dificuldades de acesso da população à autoridade local, para submeter seu procedimento judicial, é que requer sejam os plantões amplamente divulgados em jornais, bem como afixados na Delegacia, de forma a facilitar atendimento rápido e eficaz que estes casos merecem.

REQUERIMENTO Nº 1669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça, bem como ao Corregedor Geral da Justiça, no sentido de determinar a publicação no jornal de circulação do município, e que se afixe na porta do Fórum da Comarca a designação do Juiz de Direito de plantão nos feriados e finais de semana, com a declinação do endereço completo e telefone (inclusive celular), onde possam ser encontrados.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Como temos recebido inúmeras solicitações dos munícipes de que nos feriados e finais de semana não têm tido acesso ao nome do Juiz de plantão nas Comarcas, e como de um modo geral, estes procedimentos ficam a cargo dos escrivães, e em regra, isto tem criado sérias dificuldades de acesso da população à autoridade local, para submeter seu procedimento judicial, é que requer sejam os plantões amplamente divulgados em jornais, bem como afixados no Fórum, de forma a facilitar atendimento rápido e eficaz que estes casos merecem.

REQUERIMENTO Nº 1670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Procurador Geral da Justiça, bem como ao Corregedor Geral da Justiça, no sentido de determinar a publicação no jornal de circulação do município, e que se afixe na porta do Fórum da Comarca a designação do Promotor de Justiça de plantão nos feriados e finais de semana, com a declinação do endereço completo e telefone (inclusive celular), onde possam ser encontrados.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Como temos recebido inúmeras solicitações dos munícipes de que nos feriados e finais de semana não têm tido acesso ao nome do Promotor de Justiça de plantão nas Comarcas, e como de um modo geral, estes procedimentos ficam a cargo dos escrivães, e em regra, isto tem criado sérias dificuldades de acesso da população à autoridade local, para submeter seu procedimento judicial, é que requer sejam os plantões amplamente divulgados em jornais, bem como afixados no Fórum,

de forma a facilitar atendimento rápido e eficaz que estes casos merecem.

#### REQUERIMENTO Nº 1676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, com a solicitação de providências para melhorias no trevo da entrada para Colorado (PR-463/BR-376) e na entrada para a Cidade de Atalaia (PR-218/BR-376), em virtude do elevado número de acidentes que têm sido registrados nesses locais.

Conforme cópias de ofícios anexas, a Câmara Municipal de Nova Esperança endereçou expedientes aos Chefes dos Distritos Rodoviários de Paranaíba e Londrina, com o pedido de colocação de redutores de velocidade nas proximidades do entroncamento da PR-218 com a BR-376, entrada para Atalaia, e na BR-376, do trevo da rodovia PR-463 até a entrada de Nova Esperança.

Cumpra ainda destacar que na entrada para Atalaia (PR-218/BR-376) não existe trevo, ao passo que no trevo da entrada para Colorado (PR-463/BR-376) quando chove ocorre um alagamento na margem esquerda do trevo, no sentido Maringá/Nova Esperança, cujo alagamento invade a pista de rolamento.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### REQUERIMENTO Nº 1680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado Ofício ao Exmo. Sr. Presidente da República, para o cumprimento do preço mínimo do trigo através do PEP - Prêmio para o Escoamento da Produção, para que dê condições aos produtores concorrerem com o trigo argentino que está sendo importado com financiamentos de até 180 (cento e oitenta) dias.

Também é hora de se alertar ao Senhor Presidente da República, que a agricultura já subsidiou por demais o Plano Real, por consequência o Paraná, que é essencialmente um Estado agrícola.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Governo, solicitando da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, informações sobre o contrato assinado em 23 de outubro próximo passado, entre aquela empresa, INEPAR, CHILGENER e DENERGE, para a elaboração de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de uma usina termelétrica neste Estado, associado a um porto, principalmente o seguinte:

- cópia do referido contrato e seus anexos, se houver;

- quais os estudos existentes que indicam a necessidade de uma usina no litoral do Paraná?

- quais os estudos existentes que indicam a necessidade de uma usina no litoral do Paraná, usando carvão?

- quais os estudos existentes que indicam a necessidade de mais um porto no nosso litoral?

- quais as razões de contratação das empresas acima citadas para a realização do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental da referida usina e porto?

- quais os custos dos referidos estudos e qual a participação de cada empresa nos mesmos?

- conforme informações divulgadas pela Rede Verde, a referida termelétrica utilizará carvão importado e será implantada no Município de Pontal do Paraná. A referida notícia é procedente? Qual a razão da escolha daquele município?

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

O artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná determina que este Legislativo se pronuncie sobre a construção de usinas termelétricas no nosso Estado.

A construção de uma usina termelétrica e de um porto para o recebimento de carvão já começa a preocupar os habitantes do município de Pontal do Paraná e ambientalistas.

É necessário que tenhamos o quanto antes possível informações sobre esses estudos, a fim de que os mesmos sejam discutidos nesta Casa e divulgados à população interessada.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 557/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, no Município de Terra Boa, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito.

§ 1º - O Órgão de que trata o caput desse artigo, substituirá o atual Posto de Serviços do DETRAN, instalado no município.

§ 2º - A CIRETRAN de Terra Boa, terá área de abrangência restrita ao Município de Terra Boa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

O Município de Terra Boa, com aproximadamente 14.000 (quatorze mil) habitantes, possui atualmente um posto do DETRAN instalado na cidade.

Com uma frota de mais de 8 mil veículos cadastrados, atualmente, o posto em questão não consegue prestar atendimento a todos os usuários, devido à demanda ser muito grande, extrapolando sua capacidade.

Diante dessa situação, a população de Terra Boa, tem se dirigido ao município vizinho - Engenheiro Beltrão, em busca do necessário atendimento, o que tem trazido diversas dificuldades para todos, pois muitos dos problemas que poderiam ser resolvidos na própria cidade causam deslocamentos de seus moradores até Engenheiro Beltrão.

Ainda, muitos municípios menores possuem a CIRETRAN, que é um benefício à população, pois melhora a eficiência da realização dos trabalhos de competência daquele Órgão.

**PROJETO DE LEI Nº 558/96**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Ficam denominadas Taxionetes as camionetes de aluguel, destinadas ao transporte de bens e mercadorias, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Em tais veículos, torna-se obrigatório o uso de taxímetro.

Art. 2º - Este tipo de transporte reger-se-á conforme a legislação própria de cada município do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição destina-se a regularizar uma situação existente e nada satisfatória. Com tal medida pretende-se evitar a exploração dos

usuários, delimitando-se as tarifas a serem pagas.

Cada município a utilizar esta modalidade de transporte e adequará a sua legislação própria.

Reveste-se a presente iniciativa de amplo caráter social, pois beneficiará todas as pessoas da comunidade.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 559/96**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Pedro Ernesto Caron.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Como podemos comprovar através do extenso curriculum vitae em anexo, o Doutor Pedro Ernesto Caron é realmente merecedor da homenagem que ora propomos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 560/96**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - As escolas da rede pública de ensino do 2º grau do Estado do Paraná terão prazo até 1º de dezembro de 1997, para manifestar a sua decisão sobre a cessação do 1º ano dos cursos técnicos atualmente existentes, independente de já haver manifestado a sua adesão ao PROEM.

Art. 2º - As decisões de que trata o artigo anterior só terão validade se tomadas em assembléia convocada com 48 horas de antecedência, assegurando a publicidade e a participação de toda a comunidade, inclusive as suas representações organizadas.

Art. 3º - Os recursos, de acordo com o Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM, serão destinados às escolas da rede pública, independente da cessação do 1º ano dos cursos técnicos no ano letivo de 1997.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA  
PÉRICLES MELLO

Apoio: Carlos Simões, Emerson Nêrone, Geraldo Cartário, Toti Colação e Antonio Annibelli.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhores Deputados, tal medida se faz necessária por parte desta Casa, tendo em vista que a autorização para contratação do empréstimo foi aqui aprovado. Se não bastasse, a forma pela qual o Executivo está se valendo para a estatuir o programa, agride o processo de implantação de uma política democrática da educação em nosso Estado.

Creio que não existe um só Deputado que discorda da necessidade de melhoria do 2º grau, especialmente os cursos profissionalizantes. Entretanto, este Parlamento não pode ficar calado ante a imposição, sem discutir com a sociedade organizada, o que vai acontecer depois. Num período tão curto, quer descontinuar cursos que bem ou mal estão implantados há anos, sem oferecer concretamente o que será ofertado em seus lugares.

Em resumo, esta medida se faz necessária, para assegurar que o projeto venha a ter boa aceitação da comunidade escolar, e o próprio acerto do PROEM.

#### PROJETO DE LEI Nº 561/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Reabilitação de Queimados Dr. José Cardoso de Azevedo, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Reabilitação de Queimados Dr. José Cardoso Azevedo, fundado em 24 de outubro de 1995, é uma Entidade Jurídica de Direito Privado, não tendo caráter político partidário, religioso, racial, e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, com sede e foro no Município de Curitiba, à Rua Ubaldino do Amaral, nº 1855 - Alto da Glória, com duração indeterminada, e que se regerá na forma da lei e das regras estabelecidas no Estatuto

Social integralmente aprovado, na data de sua fundação.

O Instituto de Reabilitação de Queimados Dr. José Cardoso Azevedo, exerce suas atividades sem nenhuma finalidade econômica, pois os recursos advirão dos esforços e contribuições dos seus associados, da comunidade, de empresas privadas, de órgãos dos poderes públicos, de promoções e campanhas específicas.

O Instituto de Reabilitação de Queimados Dr. José Cardoso Azevedo, foi criado com o objetivo único e exclusivo de dar continuidade de tratamento ao queimado após alta hospitalar.

A equipe médica, sempre sentiu, ao longo dos mais de vinte anos que o serviço existe, que por questões sócio-econômicas, discriminação, rejeição, desinformação e falta de profissionais na área, a continuidade de atendimento, após alta hospitalar é interrompida, agravando um quadro já difícil.

Curitiba é centro de referência no tratamento de queimaduras, recebendo pacientes de cidades, Estados e até países vizinhos. O volume de atendimento no ano passado, em regime ambulatorial, chegou a 18.263, sendo 805 internamentos e 4.296 cirurgias foram realizadas.

Pelos benefícios que esta Entidade oferece à comunidade, contamos com apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta nossa proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 562/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, no Município de Prudentópolis a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN, instalado no Município.

§ 1º - O Órgão de que trata o caput desse artigo, substituirá o atual Posto de Serviços do DETRAN, instalado no município.

§ 2º - A CIRETRAN de Prudentópolis, terá como área de abrangência restrita o município em que será instalada.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(a) TECHY FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Prudentópolis, com aproximadamente 55.000 (cinquenta e cinco mil) habitantes, possui atual-



mente um posto do DETRAN instalado na cidade.

Com uma frota de 5.100 (cinco mil e cem) veículos cadastrados atualmente, o posto em questão não consegue prestar atendimento a todos os usuários, devido à demanda ser muito grande, extrapolando sua capacidade.

Diante dessa situação, a população de Prudentópolis necessita deslocar-se à Guarapuava, município distante 70 (setenta) quilômetros, para resolver questões que poderiam ser definidas no próprio município, causando transtornos a todos. Outra dificuldade enfrentada pelos prudentopolitanos é a situação geográfica do município, que possui localidades distantes da sede até 100 (cem) quilômetros aproximadamente, aumentando o percurso para os habitantes destas localidades.

Ainda, muitos municípios menores que Prudentópolis possuem a CIRETRAN, que é um benefício à população, pois melhora a eficiência da realização dos trabalhos de competência daquele órgão.

O SR. PRESIDENTE (Basilio Zanusso) -

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Jocelito Canto, no Grande Expediente.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trazemos hoje a esta Casa, como mais um trabalho realizado pelo Município de Ponta Grossa, através da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que é uma coisa interessante e que chamaria a atenção dos Senhores Deputados para que acompanhem o que vai dizer o Diretor da Biblioteca - Leonaldo Ferreira Nunes, que vai falar a respeito da Biblioteca Genealógica, que está colocada hoje em Ponta Grossa. É a maior do Brasil.

Ao conhecer a igreja, acompanhei os trabalhos e achei interessantíssimo! O Paraná deveria conhecer, independente de religião, um trabalho gratuito, um trabalho maravilhoso que eles fazem. Que não damos bola, mas, se formos analisar, podemos descobrir a origem de todas nossa família. E eles têm um trabalho a nível de mundo, como um dos melhores trabalhos e o maior trabalho genealógico do mundo. E também levanta a história do Paraná, a história das cidades, tudo microfilmado.

Então, gostaria que os Senhores prestassem atenção, porque é algo muito interessante. E às vezes não sabemos que tem aqui, no Paraná, especialmente em Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Basilio Zanusso) -

Concedo a palavra ao Senhor Leonaldo Ferreira Nunes.

O SR. LEONALDO FERREIRA NUNES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome da comunidade Mórmon da Cidade de Ponta Grossa, quero agradecer a esta Casa e ao Deputado Jocelito Canto, por esta oportunidade de poder lhes falar, a respeito deste grandioso trabalho: genealogia.

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, mais conhecida como Igreja Mórmon, tem incentivado seus membros e a sociedade como um todo a buscar, conhecer, resgatar e preservar a história de suas famílias. Em 1894, há exatamente 102 anos atrás, a igreja organizou um Departamento Genealógico, com sede na Cidade de Salt Lake City, ou Cidade do Lago Salgado, nos Estados Unidos. Este Departamento Genealógico passou a desenvolver métodos de pesquisa para reduzir o mínimo possível as dificuldades que enfrentam a maioria das pessoas quando buscam a história de seus antepassados.

Como diminuir, então, a distância de um pesquisador, por exemplo, brasileiro, e o registro de seus ancestrais, que são oriundos de um país europeu? Com o aparecimento da técnica da microfilmagem, o Departamento Genealógico da Igreja passou a microfilmar registros de teor genealógico de todas as partes do mundo. Isto, para tornar possível que uma pessoa, sem sair de sua cidade ou região, tenha acesso aos registros de seus antepassados que nasceram do outro lado do mundo.

Mas, o que dizer da preservação desses registros, pois os microfílmes, se não estiverem bem acondicionados, podem, assim como os registros originais, serem destruídos.

Em 1958, a 32 quilômetros da Cidade de Salt Lake City, iniciou-se um processo de escavação e construção, no interior de uma montanha de rocha de granito puro. Logo após a sua conclusão, em 1965, passaram a ser armazenados ali os microfílmes com registros de todas as partes do globo terrestre.

Gostaria de mostrar aqui para os Senhores esta famosa montanha de granito na transparência nº 1. Aqui, temos a ilustração da montanha de granito. Ela, como já mencionei, está situada em Salt Lake City, a 32 quilômetros da cidade, e ali estão armazenados atualmente 2 milhões e 700 mil rolos de microfílmes de todo o mundo.

Transparência nº 2: uma curiosidade, esta projeção nos mostra a porta principal de acesso à montanha de gra-



nito. Ela pesa 6 toneladas de aço maciço, tudo isto com o interesse de preservar os registros ali resguardados. Ali também temos um corredor principal de acesso.

Transparência nº 3: Ali temos um dos inúmeros corredores aonde estão armazenadas as cópias originais dos microfilmes, acondicionados e bem preservados.

Voltando à transparência nº 1, que mostra a montanha de granito, esta montanha é capaz de suportar fortes abalos sísmicos, e entre outras catástrofes, as consequências de uma guerra nuclear.

Sobre a microfilmagem; existe dentro do Departamento Genealógico da Igreja, a Divisão de Microfilmagem, que age sempre com a devida autorização dos órgãos a serem microfilmados. Essa divisão microfilma, continuamente, registros civis, religiosos, registro de imigração, recenseamentos, testamentos, registros militares, entre outros. Os originais de cada microfilme, são mantidos na montanha de granito. Ali estão acondicionados os originais, e em cada país de origem dos microfilmes, são mantidos, em cada central, cópias de seus respectivos microfilmes.

Por exemplo: no Brasil, são mantidas cópias de 20 mil rolos de microfilmes, na central que está estabelecida na Cidade de São Paulo, sendo destes, 17 mil rolos de registros do Brasil, e os demais - 3 mil rolos -, são microfilmes estrangeiros, já solicitados por pesquisadores aqui mesmo do Brasil, pois quando é solicitado um microfilme estrangeiro, se não houver uma cópia daquele microfilme na Central em São Paulo, ele é solicitado para a Central em Salt Lake City, e este microfilme passa, então, a fazer parte do acervo brasileiro.

A Igreja também fornece, gratuitamente, uma cópia do microfilme, para o órgão mantenedor, do registro microfilmado. Isto quer dizer o seguinte: a Igreja, pela informação que tenho, já microfilmou 100% de todos os cartórios do Paraná, e cópias desses microfilmes são fornecidos para a Corregedoria Estadual. No caso de uma catástrofe na cidade, que afete os registros daquela região, o cartório solicita da Corregedoria, e ele tem os registros salvados, bem preservados na Corregedoria.

Para permitir o acesso, aos 2.700.000 rolos de microfilmes, a Igreja tem estabelecidas em todo o mundo, 2.400 Bibliotecas Genealógicas, atualmente também conhecidas por Centros de História da Família. No Brasil

são 127. Este número cresce mês a mês, tanto no Brasil como em todo o mundo.

Realmente, trata-se do maior acervo genealógico e também histórico do mundo. Histórico, porque a Igreja também microfilma livros de história geral e regional, em várias partes do mundo.

Este acervo está disponível a qualquer pessoa, independente de clero religioso e classe social, pois se tornássemos este acervo restrito somente a membros da Igreja, estaríamos cometendo um erro contra a humanidade, visto que a história é universal e não deve ser privilégio deste ou daquele grupo.

Das 127 Bibliotecas Genealógicas/Centro de História da Família existentes atualmente no Brasil, aquela que temos na Cidade de Ponta Grossa foi instalada em outubro de 1988, com duas máquinas leitoras de microfilmes e uma leitora de microfichas. Hoje (1996) a biblioteca de Ponta Grossa, entre as 127 existentes no País, é a única com seis máquinas leitoras de microfilme, uma leitora de microficha, um computador 586 com kit multi-mídia e mais quatro computadores 386.

Nossa biblioteca em Ponta Grossa, a partir dos últimos meses de 1995, passou a ser a mais movimentada de todo o País, e vem se mantendo com uma frequência média mensal de 432 pesquisadores. A imprensa local, estadual e nacional tem divulgado este fato com certa frequência. São pessoas de várias regiões, não só do Estado do Paraná, como também de vários cantos do Brasil, pesquisando na biblioteca em Ponta Grossa.

A transparência nº 4, que vamos colocar aqui, mostra alguns pesquisadores, a biblioteca lá em Ponta Grossa em funcionamento, pessoas pesquisando nas máquinas leitoras de microfilme e também através do processo informatizado de pesquisa genealógica.

Agora, a pergunta que sempre a maioria das pessoas nos faz é: "por que a Igreja Mórmon promove, com tanta ênfase a genealogia?". Enumerei aqui quatro razões principais. São tantas, mas, primeiro, a Igreja compreende que a família é, indiscutivelmente, o núcleo ou unidade fundamental da sociedade, e o trabalho genealógico, que prefiro denominar como a confecção da história de nossa família, realmente fortalece e resgata os valores fundamentais. Desde julho de 1995, quando então fomos chamados como diretor da biblioteca de Ponta Grossa, tenho acompanhado inúmeras histórias de pessoas que perderam o contato com seus parentes e se reencontraram, como o

caso do rapaz que se entristecia quando via seu pai amargurar-se por ter perdido o contato com seus familiares a mais de 55 anos, e através da biblioteca, encontrou seus parentes e os visita com frequência. Através da genealogia são realizados contatos, reuniões e visitas familiares, que com certeza fortalecem as famílias.

Segundo, a Igreja entende que a essência do evangelho é o serviço ao próximo, e através deste trabalho auxiliamos também na cultura das pessoas.

Terceiro, observamos na Bíblia Sagrada, a maior genealogia existente atualmente. No Velho Testamento temos a genealogia do Rei Davi até Adão, e no Novo Testamento temos a genealogia de Jesus Cristo até Davi; são aproximadamente 4.000 anos de genealogia. Então a Bíblia nos estimula a genealogia.

Quarto, a preservação de registros, tem sido uma preocupação constante de muitas civilizações. A história da humanidade prova que várias civilizações, entenderam a necessidade de manterem e preservarem seus registros; lembremos os egípcios, com suas pirâmides repletas de registros, retratando sua história, costumes e também a sua genealogia. E ainda mais recente, a descoberta dos Manuscritos do Mar Morto. Em 1947, dois pastores de ovelhas, quando em busca de algumas ovelhas perdidas de seu rebanho, encontraram alguns rolos de pergaminhos, bem acondicionados em jarros tampados com uma espécie de betume. Isto ocorreu em uma caverna do Qumram, uma região do deserto da Judéia, que beira o Mar Morto. Desconhecendo o valor dos registros que encontraram, venderam em um mercado público. Aqueles pergaminhos eram alguns livros bíblicos, pois a Bíblia nem sempre foi um livro só.

Nos anos 70 depois de Cristo, os exércitos de Tito o Conquistador, destruíram totalmente a Cidade de Jerusalém. Os judeus piedosos antes da destruição, pegaram os melhores escribas e copiaram de antigos originais do Velho Testamento, quase todos os livros do mesmo, e repassaram então, em pergaminhos, sendo todos encerrados dentro de jarros de argila e em seguida, temendo a destruição pelo inimigo, armazenaram os registros nas cavernas em montanhas da região do Mar Morto.

Desde 1947 até a época atual, vários outros pergaminhos têm sido encontrados. Vemos então que interesse por preservação de registros não é novidade, porém necessário. É interessante esta semelhança que existe entre aquelas cavernas, aonde foram encon-

trados os manuscritos do Mar Morto e também a Montanha de Granito, onde atualmente estão armazenados os registros de todo o mundo.

Em 29 de abril de 1993, o então Deputado Federal José Maria Eymael (PDC-SP), não membro da Igreja Mórmon, fez o seguinte pronunciamento na Câmara dos Deputados, em Brasília:

(Lá): "Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, País de história recente, que nem completou 500 anos, o Brasil não vem dando devido valor a seu passado. Sabemos que centenas de milhares de documentos importantes estão deteriorando nas prateleiras de inúmeros arquivos existentes, seja em âmbito municipal, estadual ou federal. Estamos, assim, diante de uma situação em que a jovem Nação brasileira está precocemente perdendo sua memória. Até mesmo registros civis de nascimentos, casamentos e óbitos são esquecidos nos cartórios, onde muitos desaparecem pela ação e deterioração do tempo.

Tivemos porém, a oportunidade de conhecer de perto o trabalho desenvolvido por uma instituição que, com paciência e abnegação, vem restaurando milhões desses documentos e conservando-os, pela moderna técnica de microfilmagem, com recursos de informática. Tudo isso é feito em caráter absolutamente voluntário, sem nenhum ônus para o Estado, que, pelo contrário, é brindado com cópia de muitos desses registros; uma contribuição que permitirá que os mesmos se conservem ao longo do tempo. E este o serviço realizado pela Sociedade Genealógica de Utah no Brasil - instituição que atua no mundo inteiro, na preservação da memória dos povos, e está ligada à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias - a Igreja Mórmon.

Visitamos recentemente o Arquivo Genealógico na sede da Igreja Mórmon, no Caxingui, São Paulo, onde sentimo-nos maravilhados pela dimensão dos trabalhos realizados, bem como pelos recursos tecnológicos que vêm sendo aplicados. Trata-se de uma obra voltada especialmente para o estudo das linhagens familiares, que tem o nome "História da Família". E note-se que esta devoção pela família, dispensada com tanta ênfase pelos mórmons, não deixa de ser um exemplo edificante de civismo e religiosidade, já que nas sociedades modernas a desagregação familiar vem colocando em risco os princípios elementares de fraternidade e civilização.

Como há vários anos realizamos estudos particulares em torno da história da família Eymael, foi com o ob-

jetivo de enriquecer essa pesquisa que nos dirigimos à Biblioteca Mórmon, em São Paulo. Qual não foi nossa surpresa quando, diante das telas dos computadores, vimos fluir os nomes de nossos antepassados, que vieram há vários séculos na região que, compreende Holanda, Bélgica e Alemanha! Em minutos as informações passaram pelo video, numa demonstração de avanço tecnológico e também da eficiência daqueles que compilaram pacientemente esses documentos em todo o mundo.

Em se tratando de uma atividade voltada somente ao estudo de documentos de pessoas falecidas, onde a privacidade das famílias é respeitada, entendemos que as autoridades governamentais, no âmbito municipal, estadual e federal, bem como as instituições civis e religiosas podem e devem prestar um reconhecimento a essa iniciativa dos mórmons; e também colaborar com ela, franqueando ao máximo possível nosso acervo nesse campo, para que esses documentos possam ser preservados, o que como dissemos - não envolve nenhum aspecto quanto a questões como segurança nacional ou soberania, por tratarem apenas de registros sobre pessoas falecidas. Lembrando que o governo dos Estados Unidos, bem como inúmeros da Europa, Ásia e inclusive do Leste Europeu, vem estabelecendo intercâmbio com a Sociedade Genealógica de Utah, em reconhecimento ao know-how que ela detém nesse campo. E cujos serviços, como já afirmamos, são sempre oferecidos em caráter absolutamente gratuitos.

Após nossa visita à Biblioteca de São Paulo, partimos para a Biblioteca Central de Utah, localizada nos Estados Unidos, na Cidade de Salt Lake, onde fomos gentil e eficientemente atendidos. E mais uma vez nos sentimos extasiados com a grandeza da obra que eles realizam no campo genealógico, chegando até mesmo a lembrar os trabalhos de alguns escritores de ficção científica. E ainda mais gratificados ficamos ao tomar conhecimento de que da Biblioteca de São Paulo, ou de qualquer outra instalada em grandes cidades brasileiras, podemos ter acesso a todos os tipos de informações referentes a assuntos genealógicos, em qualquer parte do mundo.

Essas são as considerações, Senhor Presidente, que desejamos fazer neste momento, ao mesmo tempo em que propomos uma maior aproximação entre a administração estatal e o vasto trabalho que vem sendo feito pela Igreja Mórmon no Brasil".

Este Deputado, atualmente não é mais Deputado, não atua mais como político, mas também não é membro da igreja.

Há alguns meses atrás, um repórter me perguntou, por que a Igreja Mórmon incentiva as pessoas a fazerem sua genealogia. Perguntei-lhe se ele conhecia o nome do pai de seu bisavô, e ele respondeu o que já é comum aos meus ouvidos: "eu sequer sei o nome de meu bisavô". Completei, dizendo, assim como seu bisavô e demais ancestrais, por ele estavam esquecidos, a menos que ele confeccionasse a história de sua família, dali a 150 anos, provavelmente também ele será esquecido por seus bisnetos e trinetos.

"Se não nos preocuparmos agora com nossa história, esquecendo-a, assim como nossos ancestrais, também corremos o risco de sermos esquecidos".

Sinto-me orgulhoso, diria até, cheio de felicidade, realmente, por fazer parte de uma comunidade que ensina-me estes valores, mas o que me deixa ainda mais satisfeito é que o nosso povo pontagrossense e também o Paraná entende esta necessidade fundamental de confeccionarmos e preservarmos a nossa história.

Por isso, os números nos comprovam e podemos dizer sem exagero nenhum, que temos aqui mesmo no Paraná, a melhor Biblioteca Genealógica do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Só queria agradecer a presença dos companheiros da Igreja de Ponta Grossa, os mórmons que vieram aqui, e que a presença deles vêm mostrar, por exemplo, ao Deputado Ricardo Chab, ao Deputado Simões, ao Deputado Alborghe-tti, que têm um trabalho de busca de crianças desaparecidas, que tem muito a ver com este trabalho. Por exemplo, pode-se identificar pelo trabalho deles, pode-se buscar registros de nascimento, Deputado Alborghe-tti, até no exterior e no Paraná inteiro. O trabalho que eles têm em Ponta Grossa hoje, e da maior biblioteca do país, pode buscar pessoas desaparecidas, pode buscar ancestrais dessas pessoas.

Então, quis trazer eles à Assembleia, para que os Senhores possam saber que em Ponta Grossa existe hoje esta biblioteca, ela está à disposição, não cobra nada e pode trazer certidões de nascimento, de casamento, de pessoas que lá no passado você não conheceu: o seu avô, o seu tataravô, e assim por diante. É um trabalho magnífico, estão de parabéns, a nível de

Paraná têm todos os cartórios já microfilmados, o que por exemplo, quando alguém precisar saber algo de um cartório lá do interior aqui na capital, basta entrar em contato com eles, que eles conseguem através da microfilmagem. Estão prestando um serviço ao Paraná, estão prestando um serviço até a todos nós e ao futuro deste Estado e deste país.

Então, quero agradecer a presença deles aqui, e ter vindo explicar este trabalho maravilhoso e que nos orgulhamos de ter em Ponta Grossa, hoje, a Biblioteca Genealógica, a maior do país, hoje.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) -

Esta Casa agradece a presença do Senhor Leonaldo Ferreira Nunes, Diretor da Biblioteca da Igreja dos Mórmons de Ponta Grossa, que discorreu brilhantemente sobre os temas, histórias das famílias e biblioteca genealógica.

Passaremos a seguir ao Horário das Lideranças.

PTB.

(Declina)

PSDB. Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor

Presidente, estou entrando, juntamente com o Deputado Péricles, com um projeto de lei que visa assegurar aos colégios estaduais da rede pública de 2º grau, que tenham cursos profissionalizantes, a sua participação no projeto, mesmo a partir de 1997.

Neste final de semana, em visita à cidade da nossa região norte do Estado, há uma grande preocupação por parte dos pais de alunos das Associações de Pais e Mestres, do próprio quadro de professores, e também, porque não dizer, da comunidade estudantil, no sentido de que no próximo ano não haverá mais inscrição para o primeiro ano do 2º grau dos cursos técnicos. E não havendo, há também a preocupação de que o colégio que não fizer e não assinar até a data de hoje o termo de adesão, simplesmente não receberão os recursos do PROEM.

Ora, o Programa vem para inovar, vem para melhoria, vem para qualificar; mas não pode ser colocado desta forma à sociedade paranaense. Não se faz um projeto da extensão que deve ser o PROEM impondo, exigindo, não discutindo com a sociedade, não permitindo que cada um dos setores envolvidos tragam a sua contribuição, a sua expectativa, e que também tragam para

o seio da discussão as propostas que querem, a respeito da inovação da nossa escola, especialmente a técnica.

Por isso, estou apresentando aqui um projeto, permitam os Senhores Deputados, a leitura, juntamente com o Péricles, que diz o seguinte:

(Lê): "Súmula: Disciplina a implantação do PROEM na rede pública de ensino de 2º grau no Estado do Paraná.

Art. 1º - As escolas da rede pública de ensino do 2º grau do Estado do Paraná, terão prazo até 1º de dezembro de 1997, para manifestar a sua decisão sobre a cessação do 1º ano dos cursos técnicos atualmente existentes, independente de já haver manifestado a sua adesão ao PROEM.

Art. 2º - As decisões de que trata o artigo anterior só terão validade se tomadas em assembleia convocada com 48 horas de antecedência, assegurando a publicidade e a participação de toda a comunidade, inclusive as suas representações organizadas.

Art. 3º - Os recursos, de acordo com o Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM, serão destinados às escolas da rede pública, independente da cessação do 1º ano dos cursos técnicos no ano letivo de 1997.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.96.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA  
PÉRICLES MELLO"

Isto quer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, trazer tranquilidade, para que possam processar as inscrições, e que a nossa comunidade escolar possa ver no PROEM, um programa que vá restituir, vá resgatar a qualidade de ensino, e vai permitir que os nossos jovens, ao concluírem o 2º grau, com certeza concluíam, com a condição e com a capacitação de lá fora exercer as suas posições.

Da forma como está sendo colocado, um programa que pode, e com certeza, pela soma de recursos que o Estado do Paraná estará destinando à educação, poderá deixar de ser um projeto, que venha somar com qualidade e com participação da nossa sociedade.

Dai a nossa disposição, juntamente com o Péricles e com os demais Deputados que subscreveram o projeto, de assegurar a tranquilidade e também permitir que as escolas que não fizeram essa adesão, que encerra-se na data de hoje, possam fazê-la com prazo, permitindo a discussão, permitindo que a Secretaria possa fazer um levantamento e dizer que na região de Colo-

rado precisamos da escola técnica tal, que na região de Conselheiro Mairinck precisamos da escola agrícola, e desta forma tem a participação da comunidade, através do levantamento.

Hoje não se tem nada disso, hoje não se sabe como fica o quadro de professores, hoje não se sabe que tipo e que escola profissionalizante teremos a partir de 1997, vão ser estudadas depois. Até nos ensinou, juntamente com o Péricles, uma declaração dada pelo Senhor Secretário da Educação, dizendo que ele poderia suspender e poderia fazer essas inscrições a partir de 1997. Mas ele o quis fazer agora, por uma questão que no ano que vem estará sendo açodada a questão política.

Ora, não podemos subjugar o interesse da educação do Paraná, especialmente naquilo aonde haveremos de colocar mais de duzentos e vinte e dois milhões, a questão da divisão do Secretário, de que simplesmente o ano de 98 será um ano açodado, e aonde fica a educação? Educação deve ser prioritária. Ninguém desta Casa é contra. Só precisamos é de dar tempo, e de conhecer melhor este projeto. Não somos contrários ao projeto. Somos contrários à forma pela qual está sendo encaminhada. E é isto que este projeto vai assegurar, permitindo que nós possamos discutir com profundidade e com serenidade o momento da instalação, e da implantação do 2º grau.

É por isso, Senhores Deputados, que trago também para ser votado, apresentado à Mesa, um requerimento junto aos demais Deputados, no sentido de que criemos uma Comissão Especial, para acompanhamento do PROEM, tendo um prazo de duração de cinco anos e compostos de cinco membros, dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basilio Zanusso) - No Horário das Lideranças ainda, com o PFL. PTB. PMDB. PT.

O PT tem a palavra, com o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo à tribuna hoje, na realidade para fazer dois apelos ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio.

Em primeiro lugar, tenho um Pedido de Informações, que corre hoje, que deverá ser votado hoje, que diz respeito ao processo de licitação, conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, através do Programa Paraná Cidade, que está destinando uma verba de quinze milhões de reais, para

fazer o levantamento aéro-fotogramétrico, no Estado do Paraná. E como há uma discussão a respeito desses valores, há uma discussão a respeito da viabilidade técnica deste projeto, o Pedido de Informações que faço, é de toda documentação respectiva a este processo licitatório, seja encaminhado à Assembléia Legislativa.

Mas além disso, tardiamente tive a notícia de que no Porto de Paranaguá aconteceu um acidente muito grande. No dia quinze de novembro, Senhores Deputados, um vento muito forte aconteceu na Cidade de Paranaguá, e aconteceu um acidente no Porto de Paranaguá.

Então, lá tem uma máquina muito importante para todo o funcionamento de carga e descarga do Porto de Paranaguá: chama-se porteiner, que é uma máquina que retira os containers de dentro do navio e empilha os containers, possibilitando-os ir para os caminhões e ir para os pátios.

Esta máquina é caríssima, e poucos portos do mundo têm essa máquina chamada porteiner. E para você mandar fazer uma máquina destas, para você construir, comprar uma máquina destas, demora um ano, um ano e meio, dois anos, para você conseguir trazer de fora do Brasil esta máquina, que na realidade é um grande guindaste, que mexe com os containers.

Pois bem, quando teve o vento, este guindaste chamado porteiner, pelo vento foi arrastado até um determinado ponto do cais e caiu em cima de um pequeno navio, que também é um guindaste, que pode fazer o processo de carga a bordo, a estibordo, na proa, pode fazer o processo de retirada de carga pelo mar. Aí, este guindaste caiu em cima deste pequeno navio chamado Cambria. E a Superintendência, a Diretoria Técnica do porto - isto aconteceu num sábado - isolou a área, mas o que é de se estranhar, e é essa a preocupação que trago, não tomou providência nenhuma.

Então, ficou esse guindaste, uma máquina de operação de Paranaguá caríssima e muito importante para o processo de carga e descarga, ficou tombada sobre este pequeno navio. E a Diretoria Técnica do porto, a administração do porto não tomou nenhuma providência, do ponto de vista a não permitir que essa máquina caísse dentro do mar.

Pois bem, passaram-se sete dias, sem que nenhuma atitude por parte de administração do Porto de Paranaguá fosse tomada, nem um cabo de aço foi amarrado para impedir que esta máquina grande, chamada portainer, viesse a cair dentro do mar.

Vejam só os Senhores, na quinta-feira, esta máquina, junto com o navio, foram ao fundo do mar! Como se não bastassem os prejuízos, dizem as informações, na ordem de 25.000.000 de dólares, o prejuízo para o funcionamento do Porto de Paranaguá, para o processo de carga e descarga, em relação a todo período de safra, a todo período de funcionamento do Porto de Paranaguá, é um dano terrível, porque para o Porto de Paranaguá, mesmo que tenha seguro sobre as máquinas, mesmo que tenha recursos, coisa que não tem, para comprar um novo portainer, vai demorar dois anos para que esta máquina esteja instalada no Porto de Paranaguá.

Então, estranhei que a administração do Porto de Paranaguá não tomou conhecimento, do ponto de vista de evitar um dano maior para a administração do porto, com a possibilidade concreta de que, não somente este guindaste, que funciona em cima e dentro de um navio, viesse a pique, mas que essa máquina importante para carga e descarga, chamada portainer, viesse a pique também.

Então, neste sentido, estou entrando com um requerimento, porque como há uma discussão técnica a este respeito, precisamos das informações, precisamos que a Assembléia tenha todas as informações a respeito desse acidente que houve lá no Porto de Paranaguá.

Vou solicitar amanhã, através da Secretaria de Transportes do Estado, que autorize a vinda de técnicos da APA, representantes da administração da APA, que venham prestar informações à Assembléia Legislativa, porque o prejuízo do Porto de Paranaguá foi na ordem de 25.000.000 de reais. E o que é mais grave, as declarações do diretor técnico, perante entrevista na Rede Globo, no domingo após o acidente, foram declarações que evidenciam, claramente, no meu entendimento - gostaria que esta fita viesse para a Assembléia Legislativa - evidenciam claramente um certo desleixo perante a gravidade do acidente ocorrido no Porto de Paranaguá. Declarações do diretor técnico, Sr. Luiz Ivan, na Rede Globo, quando foi filmado, logo após esse acidente.

Não sei porque, mesmo depois dessa matéria veiculada pelo Jornal da Rede Globo, no Estado do Paraná, não sei porque esse grave acidente no porto não teve repercussão, não teve a notícia nos outros órgãos de comunicação, nem imprensa escrita, nem televisiva.

Então, acho que é uma obrigação nossa, de fato, averiguar se houve negligência por parte da administração, que, sem dúvida nenhuma trouxe prejuízo econômico, financeiro para o Estado do Paraná, para o Porto de Paranaguá, mas sobretudo, para que possamos reparar do ponto de vista de fazer com que o Porto de Paranaguá seja um porto competitivo, seja um porto que tenha agilidade no processo de carga e descarga.

Esse é um dano que o Estado do Paraná vai demorar dois anos para que possa ressarcir o funcionamento da carga e descarga no Porto de Paranaguá.

Concedo aparte ao Deputado José Maria.

**O Sr. José Maria Ferreira** - Deputado

Vanhoni, estes dias atrás, recebi uma denúncia, inclusive oportunidade que participei ao Deputado, que é da região, em relação ao porto. E fazia dias já que o acidente tinha acontecido. O fato de ter afundado neste final de semana, foi apenas a consequência do acidente lá atrás, porque avisado foi a diretoria, a administração do Porto de Paranaguá, porém não houve nenhuma atitude. Parece que, deliberadamente, permitiu que se chegasse ao ponto de perder todo o equipamento, pois depois de cair, ficou ainda uns dias boiando, e ainda era possível fazer alguma coisa.

Por isso, é de extrema importância que aproveemos e que venha aqui a administração do Porto de Paranaguá, explicar e trazer as suas justificativas, do porquê de não ter tomado alguma atitude que pudesse salvaguardar o patrimônio Público, representado por este equipamento do Porto de Paranaguá.

Portanto, considero a vossa iniciativa extremamente oportuna e adequada, em função do fato lá ocorrido.

**O SR. ÂNGELO VANHONI** - Muito obrigado!

Concedo aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

**O Sr. Geraldo Cartário** - Primeiramente os nossos agradecimentos pelo aparte.

O Deputado Pessuti está querendo me dar aqui uma colaboração e gostaria muito, porque gostaríamos de ler aqui, algumas manchetes do Jornal Tribuna do Paraná. Com todo o respeito ao Deputado Alborghetti, mas aqui tem uma manchete que acredito que ele não leu hoje no seu programa: "Linchado militar tarado na Vila Guaira". E aqui também uma manchete que diz:



"Inquérito do Banco do Estado vai à Polícia". Uma outra, Deputado Vanhoni - e esse é o assunto que me fez pedir o aparte a Vossa Excelência, que diz: "Administração do Porto de Paranaguá envolvida em negociata". E uma outra: "O pânico nos arraiais da vadiagem na Riachuelo em Curitiba".

E gostaria também de dizer aqui a posição de um cartão assinado pelo Deputado Anibal Khury: "Ordem Interna de Serviço, declarações de Anibal Khury. Na nossa edição de ontem publicamos declarações de vários líderes políticos, sobre o afastamento do Senhor Jânio Quadros, da luta pela sucessão do Senhor Juscelino Kubitschek". E vai adiante.

Vossa Excelência, com todo o respeito ao assunto que traz, mas o Porto de Paranaguá, há 40 anos atrás, Senhor Deputado, já era envolvido em manchetes de incompetência e de desonestidade. Estou certo que Vossa Excelência, como Paranaguá, a cidade berço da civilização do nosso Estado do Paraná, há de entender que infelizmente os anos passam, mas as administrações públicas nada se modificam, continuam do jeito que estavam. Essas manchetes foram tiradas de um jornal histórico de 40 anos atrás, que já naquele tempo se fazia necessária a presença dos Deputados Alborghetti, Ricardo Chab e Algaci Túlio, "experts" em matéria policial, para dar essa manchete: "Linchado militar tarado na Vila Guaira, Cidade de Curitiba".

Obrigado pelo aparte!

O SR. ANGELO VANHONI - Olha, Deputado Cartário, - permito um aparte ao Deputado Algaci Túlio, mas antes gostaria de fazer um breve comentário, e aí o Deputado Algaci Túlio poderá até fazer uma reflexão sobre este comentário que vou fazer.

Pediria mais um minuto e meio para Vossa Excelência, que é um grande Presidente, substituindo o nosso Presidente Anibal Khury na condução dos trabalhos da Assembléia no dia de hoje.

Instalamos uma CPI no Porto de Paranaguá e esta CPI, com o apoio dos Deputados da Oposição, e Deputados da Situação, desde o ano passado. O relatório final desta CPI - o Deputado Florisvaldo Fier não está presente, poderia até dar uma notícia - mas lembro-me muito bem dos motivos desta CPI. Problemas administrativos nas administrações anteriores, em relação ao Porto de Paranaguá, que causaram um prejuízo financeiro muito grande para o Porto de Paranaguá, para a administração daquela entidade, e que somava

recursos que ultrapassavam na época, segundo os dados veiculados a 50 milhões de reais.

Não sei quais foram as conclusões da CPI que abordaram os problemas trabalhistas, em relação ao Porto de Paranaguá. E espero que o mesmo sentimento de busca da verdade, o sentimento de querer esclarecer as questões relativas ao Porto de Paranaguá, estejam presentes hoje também em relação a este acidente, que aconteceu agora nos dias passados, em relação ao container e a cábria, que é este grande guindaste flutuante que o Porto de Paranaguá tinha e agora não tem mais.

Então, a solicitação que faço ao Deputado Algaci Túlio é que aprove esse requerimento que amanhã estaremos votando, solicitando a presença dos administradores do Porto de Paranaguá, para tecer uma série de esclarecimentos à respeito de como é que está a administração do Porto, e notadamente, especificamente, desse grave acidente, porque se as informações que nos chegam são informações corretas, a negligência parece que aconteceu e o prejuízo do Porto de Paranaguá ultrapassa 25 milhões de dólares, com este acidente.

Então, é importante que a gente investigue, que a gente traga à luz aqui para a Assembléia Legislativa, o que de fato está acontecendo lá no Porto de Paranaguá.

Com a palavra, o Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Agradeço, Deputado Vanhoni.

A mesma preocupação que Vossa Excelência tem, também tenho. Já fizemos Comissões Especiais, Vossa Excelência nos acompanhou ao Porto de Paranaguá em outras ocasiões, o Deputado Rosinha, com o qual fizemos parte de uma CPI, que apontou inúmeras irregularidades, lá estivemos por várias ocasiões.

A questão do Porto de Paranaguá, Vossa Excelência sabe muito mais do que eu até, porque é oriundo da terra, sabe Vossa Excelência que os problemas do porto são inúmeros, e não vai se resolver o problema do porto em 4 anos, ou em 2 anos. Espero que esse Governo consiga resolver boa parte. Está tentando, e tenho pedido algumas boas soluções.

O primeiro momento, a questão do acidente, se pede também um pouco de natureza. Vossa Excelência também tem que entender que houve um vendaval em Paranaguá. Evidentemente que todas as providências foram tomadas pelo Comando, pelo Superintendente do Porto, no



sentido de ver a possibilidade de recuperação do equipamento. E nesse meio tempo, infelizmente aconteceu o segundo acidente.

Ninguém nega que há um prejuízo ao Porto de Paranaguá, e conseqüentemente ao Governo do Estado, e à própria Cidade de Paranaguá. Nesse sentido, tenho feito contato com o Superintendente, tenho ido constantemente à Paranaguá, tenho procurado ver a possibilidade que temos de agilizar o mais rapidamente possível estas soluções. Evidentemente não é fácil resolver com tanta agilidade.

Até me proponho, se Vossa Excelência quiser, na quinta-feira à tarde, aproveitando que não temos Sessão aqui na Assembléia, vamos lá no local, ver a situação. Aliás, a nossa CPI, no final, ainda por sugestão deste Parlamentar, deixou bem claro na CPI, que esta mesma Comissão Parlamentar de Inquérito se transformasse numa Comissão Especial de acompanhamento das alterações, das mudanças do Porto de Paranaguá. E convido o Deputado Rosinha, demais companheiros que fazem parte daquela CPI, que a gente vá até Paranaguá, à tarde na quinta-feira, e ver logo o que está acontecendo lá.

Com relação ao seu requerimento, evidentemente que vou analisá-lo hoje, vou pedir pela sua discussão, adiar a sua discussão para amanhã, e nesse meio tempo, tenho contato com o Superintendente do Porto de Paranaguá. Mas, posso dizer a Vossa Excelência, que a mesma preocupação que tem Vossa Excelência, tem também este Parlamentar.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Só para encerrar, Senhor Presidente, agradeço a boa vontade do Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo na Assembléia Legislativa.

Mas quero fazer apenas uma sugestão, que acho que é uma sugestão bem vinda a todos nós. Acho que não se trata, Deputado Algaci, de que eu Deputado Ângelo Vanhoni vá até o Porto de Paranaguá conversar com o Superintendente ou com algum administrador, e nem que Vossa Excelência vá. Acho que é muito bom, pode ser feito, mas acho que a obrigação de discutir o problema do Porto de Paranaguá é uma obrigação da Assembléia Legislativa como um todo. E as informações que o Senhor tem a respeito do acidente, seria importante que todos os Deputados tivessem. Então, o espaço para que isso seja feito, o espaço é aqui na Assembléia Legislativa.

Então, o importante é que a administração do porto venha para cá, e possa trazer os esclarecimentos para o

conjunto dos Deputados. Não se trata de uma dúvida que o Deputado Ângelo Vanhoni, vários Deputados têm tomado conhecimento deste acidente e têm tomado conhecimento de inúmeras irregularidades que vêm acontecendo no Porto de Paranaguá.

Recentemente o Deputado Neivo Beraldin subiu à tribuna e fez uma defesa da privatização do Porto de Paranaguá. E naquela oportunidade, argüimos o Deputado Neivo Beraldin que deveríamos trazer aqui a Superintendência do Porto, para passar para os Deputados quais são os projetos do porto para os próximos anos, para os próximos meses. O que será feito? o porto será privatizado? Quais são as medidas que estão sendo tomadas? Quer dizer, tem tudo a ver com uma porção de coisas. Então, o importante é que os administradores do porto venham à Assembléia para fazer esses esclarecimentos.

O SR. Algaci Túlio - Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Aliás, quero comunicar Vossa Excelência que, na última sexta-feira o Superintendente esteve aqui em Curitiba, na Casa Civil, no Palácio do Governo, e lembro Vossa Excelência que foi solicitado uma Comissão, quando ainda estávamos tratando da questão dos aposentados do porto. Quando falo isto, é porque nos envolvemos muito com o porto. É por isso que tenho uma preocupação extraordinária com o futuro do Porto de Paranaguá, e com a Cidade de Paranaguá como um todo.

Naquela ocasião, foi feito um entendimento para tirar uma Comissão formada por sindicalistas, por elementos da APPA, por elementos da Casa Civil, desta própria Assembléia, para que estudássemos o futuro do Porto de Paranaguá. Quero dizer que, a Governadora em exercício, Emilia Belinati, naquela sexta-feira, assinava este decreto, e agora cabe à Assembléia indicar o seu representante e se aguarda também a indicação dos membros dos sindicatos, da APPA, da Casa Civil, dos Órgãos que dizem respeito a esta Comissão, para que comecem a estudar o futuro do Porto de Paranaguá. O Governo não quer tomar uma decisão sozinho, quer que a sociedade discuta. E é por este caminho que vamos encontrar a solução para o Porto de Paranaguá.

Muito obrigado.

O SR. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Ângelo Vanhoni, me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado, recebi aqui um dossiê sobre algumas coisas que estão ocorrendo no Porto de Paranaguá. Uma delas é uma questão que discutimos muito, eu como convidado daquela CPI, foi a questão da informatização. Eles estão fazendo agora no Porto de Paranaguá cinco licitações para o mesmo objeto, na área da informática. Vejam bem, uma concorrência de um milhão e quarenta e oito mil reais para o serviço de informatização na área de grãos, operação portuária e faturamento. E mais quatro tomadas de preço. Uma para aquisição de computadores e impressoras, com preço máximo de quatrocentos e sessenta e oito mil reais. Outra, no serviço de infra-estrutura lógica e elétrica, para alimentação de equipamentos de informática, com preço de cento e oitenta mil reais. Depois, uma outra de administração de ambiente de informática da APPA, mais duzentos mil reais. Uma outra para o famoso sistema de folha de pagamento, Deputado Algaci Túlio, da APPA, no valor de um cento e sessenta e oito mil reais, totalizando um milhão, cento e dezesseis mil reais.

Então, o que ocorre, é absolutamente contrário a Lei de Licitações, o parcelamento de licitações, como está sendo feito. Temos, por exemplo, algumas perguntas. Quem está assinando, Deputado Algaci Túlio, é o famoso Paulo Ank, que assina os editais. Há dúvidas, por exemplo, a APPA dispensou o Sr. Augustinho Ermelino de Leão, Administração, Participação e Empreendimentos, naquela questão da Ponta do Félix, de fazer uma caução. Tem uma empresa chamada Terminais Portuários da Ponta do Felix, que está lançando para administrar este terminal marítimo.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Isso no Porto de Antonina.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - No Porto de Antonina. O que ocorre? Ocorre que obviamente, não se poderia Agostinho Leão, ou fazê-lo a caução ou não, ter transferido para uma outra empresa objeto da licitação que ela foi vencedora, sem que isso, naturalmente, fosse comunicado ao porto. É a APPA diz que tem, mas ela se recusa em juízo a mostrar a caução que Agostinho Leão tinha que ter feito junto ao terminal marítimo. Na verdade, recebi este dossiê, que tem uma série de irregularidades, esta questão inclusive do guindaste flutuante que caiu, ou seja, na verdade, é o seguinte: tem uma série de coisas que estão acontecendo, que os jornais de Paranaguá,

inclusive, aqui têm mostrado o que tem acontecido com Paranaguá.

Acho que o Deputado Algaci Túlio tem uma preocupação muito grande, que algumas coisas que estavam acontecendo em Paranaguá iam continuar acontecendo, se não se mudasse a constatação da CPI.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência é testemunha que foi a constatação da própria CPI.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Da própria CPI.

Então, Deputado Vanhoni, que a questão do pessoal, da angústia que estão passando os servidores do porto, com o processo de privatização. Na verdade tem muita coisa mal explicada, que tem que ser aclarada à sociedade paranaense, porque não é possível mesmo, que nós todos aqui, de tempo em tempo, fiquemos vendo que o Porto de Paranaguá, entra Governo, sai Governo, continua aí, objeto de grande suspensão do que está acontecendo.

Então, acho que algumas questões têm que se esclarecidas. E Vossa Excelência, com muita propriedade vai à tribuna e levanta questões que são extremamente importantes.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sabe o que é, Deputado? O Deputado Algaci Túlio também me conhece, sabe que tenho laços profundos com a Cidade de Paranaguá. Têm chegado notícias, denúncias, dossiês e correspondências a respeito de procedimentos no Porto de Paranaguá, que são passíveis de uma porção de interrogações, por parte de cada um de nós.

Para que se evite ter conclusões apressadas sobre qualquer processo, ou qualquer discussão, acho que a primeira medida é trazer a Administração do porto à Assembléia, sanar algumas dúvidas que alguns Deputados têm. Depois disso, podemos nos debruçar no sentido de buscar o caminho que a CPI, não sei se a CPI está conclusa, não está conclusa. Mas, pelo menos sei que no bojo de algumas conclusões, a CPI já tinha consubstanciado, há tinha construído durante aquele processo. Estava tentando colocar, implementando no Porto de Paranaguá.

Então, para que se evite, que tenhamos conclusões apressadas sobre uma porção de possíveis irregularidades que estejam acontecendo no Porto de Paranaguá, continuando o estado de coisas que sempre soubemos que acontecia no porto, acho que a melhor medida seria trazer a administração à Assembléia Legislativa, devidamente convo-

cada, prestando alguns esclarecimentos aos Senhores Deputados, para que as dúvidas sejam sanadas.

É esse o apelo que faço à Liderança do Governo e à bancada que dá sustentação ao Governo no Estado do Paraná. Porque o porto não interessa só ao Superintendente, interessa a Cidade de Paranaguá, interessa a todos os exportadores, interessa ao povo do Estado do Paraná, interessa ao Governo, interessa a quem não é do Governo, interessa a todos nós.

Então, se tem alguma irregularidade, acho que é fácil que, numa boa discussão, consigamos apontar caminhos que sejam sanados.

O Sr. Algaci Tállo - Deputado Vanhoni, concordo perfeitamente com Vossa Excelência e peço a Vossa Excelência um pouco de paciência, sabe que tenho que contatar com Paranaguá, tenho que saber se o Superintendente está no Porto de Paranaguá, ou está fora.

Então, isso é uma questão que demanda tempo. Vossa Excelência não precipite na questão de convocação, ou como fez o Deputado Tavares, através de um convite. Vamos encontrar um caminho mais correto para isso, mas queria dizer que quando participei daquela CPI, pode ter certeza que não foi por interesse político, não. Foi com preocupação e da mesma forma como Vossa Excelência recebe hoje, eu também naquela época, como oposição, recebia.

Temos uma grande responsabilidade. Passa pelas mãos de cada um dos Parlamentares, ajudar a encontrar um caminho para o Porto de Paranaguá, afinal de contas, toda uma comunidade ainda hoje vive e depende do Porto de Paranaguá. Ninguém melhor do que o Deputado Vanhoni para saber disso. Essa é a nossa preocupação.

Então, antes de colocar o seu requerimento à discussão do Plenário para uma convocação, deixe que eu tenha tempo suficiente para conversar e ver da possibilidade, dia, data, para podermos encaminhar com êxito esse seu requerimento.

O Sr. Augustinho Spacchi - Deputado Vanhoni, apenas tenho uma sugestão.

Afora os problemas específicos acontecidos agora há poucos dias em Paranaguá, gostaria de dar uma sugestão e seria acatado pelo Deputado Algaci, que a primeira medida que deveríamos fazer, e o Deputado Romanelli participou da CPI, tivemos um trabalho incansável com relação à CPI do Porto de Paranaguá, e sou testemunha do trabalho de todos os Deputados.

A sugestão é no sentido de que antes de qualquer coisa, quem sabe, pudéssemos discutir o relatório de conclusão da CPI, quando naquela época, tivemos o desenrolar de todo trabalho que foi efetuado durante aquele tempo de averiguação dos problemas do Porto de Paranaguá.

Antes de qualquer requerimento ou outra medida, que pudéssemos rememorar e aprofundar um pouco mais a nossa análise com relação ao resultado colocado no relatório da CPI do Porto de Paranaguá. Posteriormente, acho que se tiver que convocar ou solicitar a presença da diretoria do Porto de Paranaguá, acho que não há dúvida, mas temos que nos debruçar sobre a conclusão do relatório, que tenho certeza que muitas das coisas que ali estavam colocadas, continuam hoje acontecendo.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Agradeço aos Senhores Deputados.

Concedo aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Vanhoni, digo o seguinte: o Deputado Algaci colocou uma questão que é da maior importância, e que tem a ver com a APPA, mas com a Secretaria dos Transportes. Ficou o Secretário Deni Schwartz de voltar aqui para discutir a questão da privatização das rodovias. Domingo, li a Gazeta do Povo, o maior jornal do Paraná, e ele trazia uma matéria, quase que num formato publicitário, da FERROESTE, dizendo que a FERROESTE estava investindo quase 10 milhões de reais para a recuperação das locomotivas e vagões que vão operar a ferrovia. Dez milhões. Como sei que amanhã vão publicar...

O Sr. Algaci Tállo - Concordo com Vossa Excelência, porque até eu fiquei surpreso.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Então, Vossa Excelência leu também a matéria.

Fico me perguntando, Deputado Vanhoni: que situação estamos vivendo? Ou seja, vem o Presidente da FERROESTE aqui a esta Casa, diz que está fazendo o maior negócio, e depois, num informe quase publicitário, dizendo que está gastando 10 milhões à vista, para recuperar os trens que elevai vender por 25 milhões, para se pagar em 30 anos.

Então, confesso, quero crer que ele seja um homem com visão estratégica do futuro para entender o que está acontecendo.

O SR. ANGELO VANHOMI - Sei que está chegando o final do ano, mas temos até o dia 15 de dezembro, um dever a cumprir aqui, enquanto não abre o recesso parlamentar.

Acho que se há esse compromisso com o Secretário Deni Schwartz, ele não vai se negar, como nunca se negou, porque é um democrata, e sabe do papel de uma Assembléia Legislativa, de que o Secretário, devidamente convocado, venha para cá, teça algumas explicações a respeito do processo de privatização das estradas, esclareça algumas questões a respeito da FERROESTE e solicite o comparecimento do Diretor Administrativo e do Superintendente da APA, para que venham trazer alguns esclarecimentos a respeito do Porto de Paranaguá. Poderíamos marcar para a semana que vem, uma Sessão Especial para ouvi-los. Isto poderia sanar uma série de dúvidas, que a maioria dos Deputados têm hoje.

Obrigado.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) -  
Apenas para registrar a presença do Prefeito eleito de Assis Chateaubriand, Engenheiro Vitor Pestana.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) -  
Findo o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Techy Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados José Maria Ferreira e Péricles Mello, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a rea-

lização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Juizes de Direito e Promotores da Infância e Juventude do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 476/96.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Epilepsia, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Doutor Sérgio Fonseca Tarlé. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 092/96, que altera artigos das Leis nºs 11.212, 11.214, 11.217 e 11.497, relativas aos Projetos "Paraná 12 Meses", Saneamento Ambiental do Paraná, Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná e Proteção da Floresta Atlântica do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Juarez Mar-

tins Filho, com sede e foro no Município de Clevelândia, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Esportiva de Bandeirantes, com sede e foro no Município de Bandeirantes. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que reduz o índice do ICMS de empresas que promovem a divulgação, em produtos ou serviços, de fotografias de crianças desaparecidas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 40, de 16.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 130/96

PARECER:

A proposição em tela, de autoria do nobre Deputado Sâmis da Silva, protocolado sob nº 130/96, "reduz o índice do ICMS de empresas que promovam a divulgação em produtos ou serviços, de fotografias de crianças desaparecidas".

Cabe a esta Comissão exarar parecer quanto a legalidade e constitucionalidade, no que tange a estes aspectos não encontramos óbice a normal tramitação do processado.

Porém, cabe a este relator alertar que apesar da matéria muito bem posta, e de seu inegável mérito, quanto ao alcance social, sempre que se trata de redução tributária, o Executivo os tem vetado.

Isto posto, somos plenamente favoráveis ao encaminhamento ao Plenário, que decidirá sobre o mérito da questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 130/96

PARECER:

Relatório

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Sâmis da Silva, tem por finalidade reduzir o índice de ICMS, de empresas que promovam a divulgação em produtos ou serviços, de fotografias de crianças desaparecidas.

Fundamentação

A douta Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável ao presente projeto.

Conclusão

Sendo assim, no âmbito desta Comissão de Finanças, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

EDNO GUIMARÃES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Mielomeningocele, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 136, de 10.09.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 425/96

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Mielomeningocele, com sede e foro nesta Capital.

A matéria atende ao disposto na Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Basilio Zanusso) -

Sobre a mesa, Requerimento nº 1585, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1668 a 1670, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1671, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1672, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1675 e 1676, de autoria do Senhor Deputado Basílio

Zanusso, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1679, de autoria dos Senhores Deputados José Maria Ferreira e Péricles Mello, com apoio dos Senhores Deputados Carlos Simões, Toti Colaço, Geraldo Cartário e Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1680, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1684 e 1685, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1688, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1686, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Em discussão.

Pela Ordem, a palavra com o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (*Pela Ordem*) - Acabo de fazer um entendimento com o Deputado Péricles e disse a ele, que estou fazendo contato com o Secretário da Ciência e Tecnologia, para que ele venha a esta casa, se ainda for possível esta semana, ou na semana que vem, porque é do desejo do Secretário vir fazer um esclarecimento, mas que pedi ao Deputado a compreensão, como fez ontem o Deputado José Tavares, que fez um convite e ontem já fiz contato com o Presidente da COPEL, e ele já vai determinar o dia que estará aqui na Assembleia, com os seus auxiliares, para fazer uma demonstração, para dar esclarecimentos ao Presidente da COPEL.

Da mesma forma, faço um apelo ao Deputado Péricles, que me dê esta oportunidade, retirando esse pedido de convocação para que eu possa contatar com o Secretário, me comprometendo a trazê-lo aqui, e se possível ainda esta semana.

O SR. PRESIDENTE (*Basilio Zanusso*) - Requerimento nº 1603, de autoria do Senhor Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior. Retira do pelo autor.

O SR. PÉRICLES MELLO - Só queria solicitar, Deputado Algaci Túlio, é da maior importância a conversa com o Secretário de Ciência e Tecnologia do Ensino Superior, por várias questões que afligem a Universidade paranaense. Apenas gostaria, Deputado Algaci Tú-

lio, retiro o requerimento de convocação, apenas gostaria de saber alguns dias antes, uma semana antes, porque existem muitas pessoas interessadas em conversar com o Secretário, então em função disso, se houver esse acordo com Vossa Excelência, o Senhor me avise antes, porque a FERROESTE foi um dia antes só que ficamos sabendo, então, o Senhor avisando com uma semana de antecedência, este ano ainda.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero concordar com Vossa Excelência da seguinte forma: o Secretário virá numa Comissão Interna da Assembleia, ou como fizemos com a FERROESTE, no espaço cedido pelo Presidente lá na sua sala. Esse é o caminho de discussão que vamos poder aproveitar. Agora, encher o Plenário, fazer toda aquela situação, não vai ser produtivo, Deputado. O que queremos aqui, é trazer informação, poder discutir e que o Secretário se sinta bem a vontade para explicar aos Senhores Parlamentares que são os formadores da opinião pública, que vão levar lá fora essa informação. Depois, se for necessário trazer a platéia, aí vamos conversar, Deputado.

O SR. PÉRICLES MELLO - Deputado Algaci Túlio, a minha intenção é a seguinte: os reitores têm interesse nessa conversa, os dirigentes dos sindicatos das universidades, não é nenhuma grande Assembleia, mas são dirigentes importantes do Paraná, que querem tomar alguns esclarecimentos com o Senhor Secretário. Acho que a esse nível, podemos fazer um acordo, e retiro o requerimento, se o Senhor concordar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não. Aceito o seu entendimento da forma como coloquei antes. O Secretário virá a uma Comissão Interna da Casa, caso contrário, Vossa Excelência mantém o requerimento, e vamos para a votação.

O SR. PÉRICLES MELLO - Deputado Algaci Túlio, quero lhe colocar o seguinte: sou o Presidente da Comissão de Educação desta Casa. Tenho agido com a maior relevância, e com a maior cautela, e respeito Vossa Excelência. Agora, acho que não podemos aceitar uma posição de que o Secretário virá a falar apenas com Parlamentares, na medida em que os reitores das Universidades do Paraná, diretores de escolas têm interesse nessa conversa.

Sou o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Algaci Túlio, acho que o mínimo que podemos pedir da Liderança do Governo é essa reunião, tão



informal, mas com a presença de alguns dirigentes universitários do Paraná.

Acho que Vossa Excelência vai aceitar esse acordo, não tenho dúvida nenhuma.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Gostaria de dar uma sugestão ao Deputado Algaci Túlio.

Deputado Algaci Túlio, o Deputado Péricles solicita a presença dos reitores. Acho que seria interessante a presença dos reitores. Com a presença dos reitores, acho que ficaria até bastante transparente. Faria este pedido a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - A Presidência consulta o Deputado autor do requerimento, se Vossa Excelência retira ou não.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero colaborar com o Deputado e com a própria Casa. Gostaria de esgotar em primeiro plano a vinda do Secretário, para uma Comissão Interna, ou para uma reunião com os Senhores Parlamentares, na Presidência. Em seguida, se não houver, evidentemente, se a vinda do Secretário não atender o desejo dos Senhores Parlamentares, aí vamos estudar uma outra possibilidade. Não se esgota nessa primeira, Deputado.

O SR. PÉRICLES MELLO - Vou retirar o requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Vossa Excelência retira o requerimento?

Retirado o requerimento pelo autor.

Requerimento nº 1564, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Tenho alguma dúvida quanto à súmula deste requerimento.

Acho que o Chefe da Casa Militar não tem poderes de responder um Pedido de Informações.

Ainda gostaria de consultar, estou sem o Regimento Interno aqui.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Posso proceder na íntegra a leitura, se Vossa Excelência desejar.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente requer:

1º) É verdadeira a informação em que uma aeronave do Governo do Estado,

sofreu acidente no Aeroporto de Congonhas?

2º) Qual era a missão a que se destinava a aeronave?

3º) Quais eram os seus passageiros?

E por último: Qual a extensão dos danos?

Assinado: Luiz Claudio Romanelli, Deputado Estadual".

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, para não conflitar com o Líder do Governo, pediria que Vossa Excelência transferisse para amanhã a discussão desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Transferido, por solicitação do autor, para a Sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente Sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 488, 493, 494, 498 e 507/96.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 130, 163 e 425/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 371, 384, 509 e 527/96.

Levanta-se a sessão.